

**Conteúdo Programático: DIREITO CONSTITUCIONAL**

**1- Direitos, garantias e deveres fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos; direitos sociais; garantias constitucionais individuais e coletivas; ações constitucionais.**

**1) 2018 – FGV - TJ-SC - Oficial da Infância e Juventude**

Pedro, cidadão brasileiro, tomou conhecimento de que determinado administrador público estava praticando atos lesivos ao patrimônio público. Por considerar absurda essa situação, procurou um advogado e solicitou informações a respeito da medida que poderia adotar para postular a anulação desses atos.

À luz da narrativa acima e da sistemática constitucional, o advogado respondeu, corretamente, que Pedro:

- a) não poderia adotar nenhuma medida pessoalmente;
- b) poderia ajuizar uma reclamação constitucional;
- c) poderia impetrar mandado de segurança;
- d) poderia impetrar mandado de injunção;
- e) poderia ajuizar uma ação popular.

**2) 2018 – FGV - MPE-AL - Analista do Ministério Público - Administrador de Rede**

Pedro, servidor público estadual, formulou requerimento de gozo de licença paternidade ao seu superior hierárquico, o qual foi indeferido sem qualquer fundamentação.

A licença estava prevista no regime jurídico da categoria como direito subjetivo do servidor, tendo sido o requerimento formulado no prazo legal, devidamente instruído com a certidão de nascimento do filho do requerente.

Assinale a opção que indica o instrumento constitucional mais adequado para impugnar judicialmente a decisão de indeferimento da licença.

- a) Mandado de revogação.
- b) Mandado de segurança.
- c) Mandado de injunção.
- d) Direito de petição.
- e) *Habeas Data*.

**3) 2018 – FGV - MPE-AL - Técnico do Ministério Público - Geral**

Maria estava impossibilitada de exercer um direito constitucional inerente à sua cidadania, em razão da ausência de norma regulamentadora.

## DICA DE MESTRE – DPE – PROFª CARLA ANDRADE

O instrumento constitucional a ser utilizado por Maria, devidamente representada por profissional habilitado, visando à proteção dos seus interesses, é o

- a) mandado de segurança.
- b) mandado de injunção.
- c) direito de petição.
- d) *habeas corpus*.
- e) *habeas data*.

### 4) 2018 – FGV - MPE-AL - Técnico do Ministério Público - Geral

Marta morava às margens do rio mais importante de sua região. Certo dia, constatou que uma indústria metalúrgica estava despejando no referido rio elevada quantidade de resíduos sólidos. Nas pesquisas que realizou, constatou que as medidas necessárias à recomposição do meio ambiente, poderiam ser postuladas pelo Ministério Público.

Essas medidas seriam exemplo de tutela de interesse

- a) individual indisponível.
- b) individual homogêneo.
- c) meritório.
- d) coletivo.
- e) difuso.

### 5) 2018 – FGV - Prefeitura de Niterói – RJ - Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental

Augusto Silva, candidato a vereador pelo Partido Ômega, ingressou na justiça para impedir a veiculação de matéria, em jornal de grande circulação, que relembra as acusações de desvio de verbas que lhe foram imputadas. O fato lhe rendeu um processo criminal, do qual foi inocentado por falta de provas, há mais de seis meses.

O candidato alega que, com o trânsito em julgado da sentença, não há mais interesse na divulgação da informação e que a matéria pode prejudicar sua campanha.

Sobre a hipótese narrada, assinale a afirmativa correta.

- a) Augusto Silva pode impedir a circulação da matéria, em razão da proteção constitucional à intimidade, à honra e à imagem do indivíduo.
- b) Augusto Silva pode impedir a circulação da matéria, uma vez que não há interesse público envolvido na divulgação de denúncia da qual foi inocentado.
- c) Augusto Silva não pode impedir a circulação da matéria, em razão da liberdade jornalística e de comunicação, bem como da liberdade de informação.

- d) Augusto Silva não pode impedir a circulação da matéria, uma vez que a inocência por falta de provas no processo criminal não afasta a possibilidade de ajuizamento de ação de improbidade.
- e) Augusto Silva pode impedir a circulação da matéria, desde que consiga demonstrar minimamente que sua divulgação é capaz de alterar o resultado da eleição.

**6) 2018 – FGV - Câmara de Salvador – BA - Analista Legislativo Municipal - Analista de Tramitação**

Pedro formulou requerimento administrativo ao Município Beta solicitando a fruição de diversos direitos sociais contemplados na Constituição da República de 1988, o que foi negado sob o argumento de que esses direitos pertencem à coletividade, impedindo, assim, que a sua fruição seja requerida por apenas uma pessoa. O Município ainda acresceu que muitos direitos sociais estão previstos em normas constitucionais que não possuem eficácia plena, dependendo de integração pela legislação infraconstitucional.

À luz da sistemática constitucional, a decisão do Município Beta está:

- a) totalmente certa, pois os direitos sociais não podem ser fruídos individualmente e dependem, em muitos casos, de integração do seu conteúdo pela lei;
- b) parcialmente certa, pois os direitos sociais não podem ser fruídos individualmente, mas jamais dependem de integração do seu conteúdo pela lei;
- c) parcialmente certa, pois os direitos sociais podem ser fruídos individualmente, mas dependem, em muitos casos, de integração do seu conteúdo pela lei;
- d) parcialmente certa, pois os direitos sociais devem ser postulados pela sociedade, mas serão fruídos individualmente, e não dependem de lei;
- e) totalmente errada, pois os direitos sociais podem ser fruídos individualmente e jamais dependem de integração do seu conteúdo pela lei.

**2- Da Organização do Estado : União, Estados, Distrito Federal e Municípios:**

**1) 2018 – FGV - AL-RO - Analista Legislativo - Administração**

A federação é a forma de Estado composta pela associação de múltiplas entidades territoriais autônomas, dotadas de governo próprio, que dividem responsabilidades em diferentes âmbitos.

De acordo com o texto constitucional, o Brasil, considerado um exemplo de Estado federado, **não** inclui como ente da federação

- a) o Distrito Federal
- b) os Estados
- c) os Municípios
- d) os Territórios federais
- e) a União

**2) 2018 – FGV - Prefeitura de Niterói – RJ - Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental**

A população do norte do estado Alfa, insatisfeita com a grave crise econômica e a notória incompetência do governador do estado, aprovou, em plebiscito, o desmembramento do referido território do estado Alfa e sua incorporação ao estado Beta, o que também foi aprovado pela população deste último.

Ato contínuo, os governadores dos estados Alfa e Beta editaram ato conjunto sacramentando o desmembramento e a correlata incorporação.

À luz da sistemática constitucional, o referido procedimento está

- a) incorreto, pois o princípio da indissolubilidade da Federação afasta qualquer mobilidade interna, de ordem territorial, entre os estados.
- b) correto, pois as populações interessadas foram ouvidas, e sua vontade foi chancelada por agentes democraticamente legitimados.
- c) incorreto, pois a questão federativa é estranha à vontade popular e deve ser integralmente resolvida no âmbito do Senado, que conta com representação paritária dos estados.
- d) correto, desde que, após a aprovação pelas populações interessadas e a edição do ato conjunto, cada Assembleia Legislativa edite a lei de sua competência.
- e) incorreto, pois, além da aprovação pela população diretamente interessada, é necessária a aprovação do Congresso Nacional, por lei complementar, não dos governadores.

**3) 2018 – FGV - Prefeitura de Niterói – RJ - Auditor Municipal de Controle Interno - Controladoria**

A Lei XX do Município Alfa dispôs sobre o horário limite de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, o que foi justificado pela necessidade de ser disciplinada

a circulação de pessoas e veículos, que tende a ser maior quando esses estabelecimentos estão abertos ao público.

À luz da sistemática estabelecida pela Constituição da República, é correto afirmar que a Lei XX é

- a) constitucional, pois o Município é competente para legislar sobre interesse local, e o comando legal é razoável.
- b) inconstitucional, pois, embora o Município possa legislar sobre a matéria, o comando legal ofende a livre concorrência.
- c) constitucional, pois o Município está autorizado a legislar concorrentemente com a União sobre direito comercial.
- d) inconstitucional, pois o Município não possui competência legislativa para legislar sobre direito comercial.
- e) constitucional, pois o Município pode legislar em caráter suplementar sobre trânsito.

### **3- Poder Judiciário: disposições gerais.**

#### **1) 2018 – FGV - TJ-SC - Técnico Judiciário Auxiliar**

Antônio, Juiz de Direito, com o objetivo de colaborar para o crescimento do País, estava refletindo sobre a possibilidade de se filiar a um partido político e de se dedicar ao magistério superior, ministrando a disciplina “Ciência Política.”

Considerando as vedações que recaem sobre os magistrados, Antônio:

- a) pode exercer o magistério e, autorizado pelo Tribunal, filiar-se a partido político;
- b) apenas não pode filiar-se a partido político;
- c) não pode praticar nenhuma das condutas;
- d) apenas não pode exercer o magistério;
- e) pode praticar ambas as condutas.

### **4- Das funções essenciais à Justiça; do Ministério Público: Ministério Público; da Advocacia Pública da União, dos Estados e dos Municípios; da Advocacia; e da Defensoria Pública.**

**1) 2018 – FGV - AL-RO - Consultor Legislativo - Assessoramento Legislativo**

O Juiz de Direito da Comarca Alfa, ao receber a denúncia oferecida pelo Ministério Público em face de Antônio, pela prática de crime contra o patrimônio, entendeu que as provas colhidas na investigação criminal apontavam para a existência de um coautor para a infração penal, João, sobre o qual a inicial acusatória não fazia qualquer menção. Por tal razão, expediu determinação para que o Promotor de Justiça aditasse a denúncia para nela incluir João.

À luz da sistemática constitucional afeta ao Ministério Público, é correto afirmar que a referida determinação

- a) não está em harmonia com a ordem constitucional, por força do princípio da inamovibilidade.
- b) está em harmonia com a ordem constitucional, desde que confirmada pelo Tribunal de Justiça.
- c) está em harmonia com a ordem constitucional, por força do direito fundamental de acesso à justiça.
- d) não está em harmonia com a ordem constitucional, por força do princípio da independência funcional.
- e) não está em harmonia com a ordem constitucional, por força do princípio do convencimento motivado.

**2) 2018 – FGV - TJ-SC - Analista Jurídico**

Determinado Estado da federação celebrou acordo de regime tributário especial com certo contribuinte, o qual acarretou a exponencial redução do crédito tributário inicialmente devido. Ao tomar conhecimento dos fatos, o Ministério Público ajuizou ação civil pública para anular o acordo com base no argumento de que seria ilegal.

À luz da sistemática constitucional, o Ministério Público:

- a) tem legitimidade para ajuizar a ação, devendo zelar pela aplicação da lei tributária, ainda que a favor do contribuinte;
- b) não tem legitimidade para ajuizar a ação, pois não pode substituir-se ao Estado na defesa do patrimônio público;
- c) não tem legitimidade para ajuizar a ação, pois integra o Estado, ente que celebrou o acordo;
- d) não tem legitimidade para ajuizar a ação, pois não pode atuar em matéria tributária;

- e) tem legitimidade para ajuizar a ação visando à defesa do patrimônio público.

Tudo o que você precisa saber sobre ACP e MP

**3) 2018 - FGV - MPE-AL - Analista do Ministério Público - Área Jurídica**

Diversos titulares de direitos individuais de natureza disponível solicitaram ao Ministério Público a adoção das providências necessárias ao reconhecimento judicial do seu direito.

Considerando os balizamentos estabelecidos pela sistemática constitucional, o Ministério Público

- a) tem legitimidade para atuar em defesa desses direitos, caso o seu caráter disponível não comprometa sua natureza difusa.
- b) tem legitimidade para atuar em defesa desses direitos, caso estejam associados a valores superiores, de interesse social.
- c) não tem legitimidade para atuar em defesa desses direitos, salvo se cada beneficiário lhe outorgar procuração.
- d) não tem legitimidade para atuar em defesa de direitos dessa natureza, em razão da sua disponibilidade.
- e) tem legitimidade para atuar em defesa desses direitos, caso sejam titularizados por entes públicos.